



COMENTÁRIOS DA UGT

PROGRAMA NACIONAL DE REFORMAS E PROGRAMA DE ESTABILIDADE

O Programa Nacional de Reformas agora apresentado pelo Governo mantém, como seria expectável, as linhas gerais e os pilares apresentados em momento anterior e relativamente aos quais a UGT já se pronunciou.

No que se refere ao PNR, devemos desde logo referir que se nalgumas questões se verificou algum esforço do Governo no sentido de integrar pontualmente propostas da UGT, ainda que de forma insuficiente (como é o caso da negociação colectiva ou da formação contínua dos trabalhadores activos), muitas das nossas preocupações, algumas de natureza estrutural, ficaram por atender.

Assim, desde logo, e registando que o documento traduz de alguma forma a nova estratégia de promoção do crescimento e do emprego que o Governo tem vindo a defender, parece-nos porém que o documento não vai suficientemente longe na definição de uma estratégia verdadeiramente integrada de combate ao desemprego e de criação de mais e melhores empregos.

Tal estratégia, conforme tivemos já oportunidade de referir, exige, para além de um quadro macroeconómico favorável ao crescimento económico, uma aposta num conjunto transversal de políticas de emprego que passam pelo reforço da eficácia das políticas activas de emprego e de formação na resposta aos desempregados e do seu papel na promoção de emprego de qualidade, pela efectividade da lei, pela promoção de melhores salários e melhores condições de trabalho, por uma melhor regulação do mercado de trabalho, pelo combate ao trabalho informal, entre outras. Diga-se aliás que, relativamente a algumas dessas matérias, o Governo assumiu até porventura de forma mais clara noutros documentos quais as suas opções.

A necessidade de medidas que visem responder ao desmantelamento gradual do Estado Social e ao encerramento de inúmeros serviços públicos essenciais às populações e à própria actividade económica e que permitam captar e reter pessoas, organizações e empresas continuam a estar globalmente ausentes deste Programa, sendo problemas que tendencialmente se poderão agravar no futuro próximo, face a um quadro em que serão mantidos mecanismos, como as regras de admissão de trabalhadores na Administração Pública.

De igual modo, muitas das nossas preocupações no que concerne à modernização da Administração Pública – excessivo enfoque nas empresas, inexistência de uma estratégia que assegure uma Administração Pública capaz de responder, com eficiência e eficácia, às necessidades dos cidadãos e das empresas e aos desafios subjacentes ao modelo económico e social, uma visão redutora do papel e dos desafios na Justiça – não encontram resposta neste novo documento.

Diga-se que, se podemos entender que essa focalização se justifica em parte pela resposta a dar a recomendações europeias, tal opção faz com que o documento não apenas pareça desequilibrado como afastar-se de um verdadeiro documento estratégico para o País.

Continuamos a defender que as medidas em torno da modernização da Administração Pública deveriam ser construídas e implementadas numa lógica de melhoria da intervenção do Estado na economia e na sociedade, através de novos eixos e medidas que visem igualmente a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a concretização do Estado Social e a prestação e organização regional de serviços públicos de qualidade, o combate à fraude e evasão fiscais e contributivas, bem como à corrupção, a valorização do território ou a promoção da igualdade de oportunidades e da coesão económica e social, num quadro de respeito e de valorização dos trabalhadores da Administração Pública.

Considera-se positiva a análise efectuada no que concerne às metas estabelecidas na Estratégia Europa 2020 e às principais medidas que concorrem para aqueles objectivos, não podemos porém deixar de realçar que nem sempre, e face à

apresentação inicial do PNR, vislumbrar no documento final as metas estabelecidas por grandes áreas.

Por outro lado, parece-nos que, contendo o documento metas por medida, peca porém pela ausência de metas de carácter mais global face a objectivos para os quais concorrem uma multiplicidade de medidas.

Numa nota final relativamente ao PNR, não deixando de considerar importante que os parceiros sociais tenham a oportunidade de se pronunciarem sobre o PNR e o PE, não podemos porém deixar de esperar que o Governo tenha a necessária receptividade aos comentários dos parceiros sociais, tendo em conta que os próprios textos se assumem como versões finais a enviar à Comissão Europeia a 27 de Abril de 2016.

A UGT não pode porém deixar de realizar uma leitura do PNR face aos conteúdos estabelecidos no Programa de Estabilidade, o qual nos parece delinear uma estratégia orçamental que, rompendo com medidas gravosas do passado (como os cortes de salários, de pensões e o aumento da fiscalidade sobre os rendimentos do trabalho), se encontra ainda muito centrado na redução do défice orçamental.

Se esta orientação poderá encontrar alguma justificação no quadro de constrangimentos comunitários impostos a Portugal, nomeadamente ao abrigo do Pacto de Estabilidade e Crescimento e das orientações do semestre europeu, a manutenção de um enfoque na redução mais intensa e rápida do défice orçamental – face ao inicialmente previsto em sede de Orçamento do Estado - vem uma vez mais penalizar o crescimento económico, o investimento público e privado e o emprego.

Nesse sentido, registamos com preocupação a recuperação mais lenta da nossa economia, com um crescimento abaixo dos 2% no período em análise, pondo em risco o próprio crescimento potencial, a criação de novos empregos e adiando a redução do desemprego, que se irá manter em níveis muito elevados até 2019, não se vislumbrando uma alteração a curto prazo quanto a um dos mais profundos problemas sociais com que nos confrontamos.

Por fim, a UGT não pode deixar de referir que as referências aos parceiros sociais são muito pontuais e focalizadas em matérias muito específicas.

Nesse quadro, devemos reiterar que, sem prejuízo do papel mais específico que os parceiros poderão ter em alguns domínios, consideramos essencial que a concertação social seja assumida por todos como um espaço privilegiado para a implementação deste Programa – concepção de medidas, avaliações, correcção de trajectórias com carácter de regularidade –, processo para o qual a UGT manifesta total disponibilidade.

28-04-2016